

Márcia Anita Sprandel

# INFORMES SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO

*Megaempreendimentos em implementação na Amazônia:  
impactos na sociedade e na natureza*

**VOL 5 2023**

RELATÓRIO PARCIAL

Márcia Anita Sprandel

# INFORMES SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO

*Megaempreendimentos em implementação na Amazônia:  
impactos na sociedade e na natureza*

**VOL 5 2023**

RELATÓRIO PARCIAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E  
POLÍTICA DA AMAZÔNIA-PPGCSPA**

**PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA-PNCSA  
CLIMATE LAND USE ALLIANCE-CLUA**

**EDITOR RESPONSÁVEL**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

**EDITORAS ADJUNTAS**

Patrícia Maria Portela Nunes,  
Cynthia Carvalho Martins

**SECRETARIA DE REDAÇÃO**

Marcionila Coutinho de Matos

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Jessica de Sousa Rabelo

Informes Sobre o Processo Legislativo. Megaempreendimentos em implementação na Amazônia: impactos na sociedade e na natureza. [recurso eletrônico] – v. 5, (2023). Ed. UEMA/PPGCSPA/PNCSA/CLUA, 2022.

Irregular.

Coordenação de Pesquisa: Márcia Anita Sprandel.

ISSN:

1. Processo Legislativo. 2. Megaprojetos em implementação na Amazônia. 3. Sistema de Deliberações Remotas (SDR). I. Título.

CDU: 328.34:528.9.912(811.3)

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA**

Reitor: Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa

Vice-Reitor: Prof. Dr. Walter Canales Sant'ana

## **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG**

Pró-Reitora: Profa. Dra. Rita de Maria Seabra Nogueira

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA-PPGCSPA**

Coordenadora: Patrícia Maria Portela Nunes

Vice-Coordenadora: Cynthia Carvalho Martins

## **DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DA UEMA (EDITORA UEMA)**

Cidade Universitária Paulo VI, S/N,

Avenida Lourenço Vieira da Silva, Tirirical. CP 09,

65055-310 - São Luís (MA)

editora@uema.br

editorauema.uema.br

(98) 3245-8472/ (98) 2016-8120



## SUMÁRIO

Boiadas & boiadinhas : a resistência no Senado Federal no primeiro semestre de 2022.....	5
1. A BOIADA E O PROCESSO LEGISLATIVO .....	7
2. A BOIADINHA E O PROCESSO LEGISLATIVO .....	18
3. A SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO LEGISLATIVO.....	21
4. O CONGRESSO NACIONAL COMO LOCAL DE PESQUISA .....	33
5. Post scriptum: cenário político após o primeiro turno das eleições de 2022.....	57

## Boiadas & boiadinhas : a resistência no Senado Federal no primeiro semestre de 2022

No dia 15 de julho de 2022, último dia de deliberação no Senado antes do recesso parlamentar (previsto no art. 57 da Constituição<sup>1</sup>), foi aprovado requerimento de nova audiência pública para instrução do PL 1459 de 2022, conhecido como *Pacote do Veneno*. O documento, assinado por cinco parlamentares - senadoras Zenaide Maia (PROS/RN) e Eliziane Gama (Cidadania/MA) e senadores Paulo Rocha (PT/PA), Jean Paul (PT/RN) e Dario Berger (PSB/SC) - garantiu que a matéria ficasse para o segundo semestre.



<sup>1</sup> Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Um dos aprendizados desse processo de resistência dentro do Parlamento, durante a pandemia, foi que “o ótimo é inimigo do bom.”<sup>22</sup>

Foi dentro dessa perspectiva que o adiamento da votação do PL do Veneno foi considerado uma vitória para parlamentares de oposição, associações científicas, entidades ambientalistas e movimentos sociais que monitoram a matéria desde a Câmara dos Deputados.

---

<sup>22</sup> Citação do provérbio italiano *Il meglio è l'inimico del bene*, difundido por **Voltaire** no seu *Dictionnaire Philosophique*, de 1770.

## **1. A BOIADA E O PROCESSO LEGISLATIVO**

### **1.1. Licenciamento ambiental (PL 2159, de 2021)**

A matéria, que tramitou como PL 3729, de 2004, na Câmara dos Deputados, cria uma “Licença por Adesão e Compromisso”, auto declaratória e liberada via internet, sem análise dos órgãos ambientais, para obras e atividades consideradas de baixo e médio risco ambiental, inclusive mineração. No caso dos territórios indígenas e quilombolas, a realização de estudos de impacto ambiental só se dará em áreas já homologadas ou tituladas, deixando de fora 41% das terras indígenas com processos de demarcação abertos na Funai e 84% dos territórios quilombolas com processos de titulação iniciados pelo Inca. O PL também acaba com a obrigatoriedade de análise dos impactos diretos e indiretos de empreendimentos sobre as Unidades de Conservação.

A matéria tramita simultaneamente nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sendo terminativa no Plenário. Ao projeto foram apresentadas 79 emendas e 07 requerimentos de envio para outras comissões, antes de votação em Plenário. O senador Jaques Wagner (PT/BA) requer a oitiva da CMA, os senadores Paulo Rocha (PT/PA) e Humberto Costa (PT/PE) a oitiva das comissões de Direitos Humanos (CDH), Relações Exteriores (CRE) e Senado do Futuro (CSF) e a senadora Eliziane



Gama (CIDADANIA/MA) a oitava das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Para a instrução da matéria, foram realizadas três audiências públicas conjuntas CRA/CMA, duas no mês de setembro e uma em novembro de 2021<sup>3</sup>. Delas participaram:

09/09/2021: Leonardo Papp, Consultor Ambiental da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Luís Enrique Sánchez, Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Raul Silva Telles do Valle, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Rodrigo Justus, Consultor da área de sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

16/09/2021: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Andréa Zhouri, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e Marcos Saes, Consultor Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

---

<sup>3</sup> Os vídeos e notas taquigráficas dessas reuniões podem ser acessados no site da Comissão de Meio Ambiente do Senado .

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=50>

19/11/2021: Larissa Carolina Amorim dos Santos, Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura; Nilvo Silva, especialista em sustentabilidade, direitos humanos e mudanças climáticas; Vanessa Prezotto Silveira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Suely Araújo, ex-Presidente do Ibama e representante do Observatório do Clima.

A relatora da matéria é a senadora Kátia Abreu (PP/TO), que está para emitir parecer desde agosto de 2021.

## 1.2. PLs da Grilagem (PL 2633/2020 e 510/2021)

De autoria do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG) e do senador Irajá (PSD/TO), as matérias tramitam simultaneamente na CMA e na CRA e são terminativas no Plenário. Essa tramitação (assim como do PL 2159/2021) resultou de negociação entre o Presidente do Senado e parlamentares preocupados com os impactos socioambientais de sua aprovação. Com pequenas diferenças entre si, as proposições ampliam a possibilidade de regularização fundiária das terras da União por autodeclaração.

Foram realizadas três audiências públicas simultâneas CMA/CRA, em setembro, outubro e novembro de 2021. Delas participaram:

14/09/2021: Aldo Rebelo, ex- Deputado Federal e relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, ex-Ministro dos Esportes, ex- Ministro de Ciência e Tecnologia e ex-Ministro da Defesa; Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e professora da UFPA; Raoni Rajão, pesquisador e professor da UFMG; e também Geraldo Melo Filho, Presidente do Incra.

05/10/2021: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, Bispo da Prelazia de Itacoatiara, Amazonas, e Presidente da Comissão Pastoral da Terra, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; José Henrique Bernardes Pereira, da CNA; Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; e Julia Bittencourt Afflalo, Consultora Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

23/11/2021: Anaximandro Doudement Almeida, Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Brenda Brito, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e Cristina Lopes, representante da Coalizão Brasil - Clima, Florestas e Agricultura e pesquisadora da PUC-Rio.

Durante as audiências especialistas demonstraram que a aprovação dos projetos estimularia a grilagem e o desmatamento,



além de anistiar grileiros e criminosos ambientais. Entre os aspectos mais graves apontados estão a dispensa da vistoria presencial do Inca para a titulação das médias propriedades rurais - aquelas com no máximo 660 hectares ou seis módulos fiscais - exigindo do ocupante apenas documentos como o CAR

(Cadastro Ambiental Rural) e declarações dos proprietários de que estão de acordo com a legislação ambiental, não têm outro imóvel rural no país e nem foram beneficiários de programa de reforma agrária ou de regularização fundiária rural. Vale lembrar que a Lei do Terra Legal, sancionada no Governo Lula, só prevê o processo simplificado de regularização fundiária para áreas de até quatro módulos fiscais, o que já beneficia os ocupantes e os agricultores familiares.

As matérias receberam 60 emendas e foram apresentados dois requerimentos de oitiva de outra comissão antes da deliberação em Plenário: em 2021, o senador Jaques Wagner requereu a oitiva da CMA e, em 2022, vinte e oito senadores e senadoras, encabeçados

por Simone Tebet (MDB/MS) e Eliziane Gama, requereram a oitiva da CCJ.

O relator das duas matérias é o senador Carlos Fávaro (PSD/MT), que chegou a apresentar parecer favorável ao PL 510, do senador Irajá (PSD/TO), considerado o texto mais problemático. No entanto, devolveu a relatoria para licenciar-se. A nova relatora é sua suplente, a senadora bolsonarista Margareth Buzetti (PP/MT).

### 1.3. Pacote do Veneno (PL 1459, de 2022)

A matéria, que tramitou como PL 6299/2002, na Câmara dos Deputados, tem origem no PLS 526/1999, do senador Blairo Maggi, representante do Mato Grosso, conhecido como “Rei da Soja”. Inicialmente com 04 artigos, a matéria voltou da CD na forma de um Substitutivo com 67 artigos, fazendo profundas alterações na legislação que trata de agrotóxicos.

Seu texto flexibiliza e acelera a liberação de componentes e novas moléculas, abre brechas e aumenta ainda mais as pressões pelo registro de agrotóxicos. Ao mesmo tempo que empodera o Ministério da Agricultura, o Substitutivo da Câmara dos Deputados retira (i) da ANVISA a competência de realizar reavaliação toxicológica e ambiental e dos agrotóxicos e (ii) do IBAMA a decisão final sobre os produtos potencialmente danosos à saúde humana e ao meio ambiente.

O PL foi encaminhado apenas para exame da CRA e é terminativo no Plenário. No entanto, há 06 requerimentos de envio a outras comissões, antes da votação em Plenário. A senadora Eliziane Gama e os senadores Paulo Rocha, Fabiano Contarato (PT/ES), Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e Jaques Wagner pedem a oitiva da CMA; o senador Humberto Costa a oitiva da CDH e o senador Paulo Rocha a oitiva da CAS. Foram realizadas duas Audiências Públicas, nos dias 22 e 23 de junho de 2022. Delas participaram, como convidados e convidadas:



22/06/2022: Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e Representante do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos; Larissa Mies Bombardi, Professora Doutora do Departamento de Geografia da

Universidade de São Paulo – USP; Caio Carbonari, Doutor em Proteção de Plantas pela Universidade Estadual Paulista – Unesp; Mário Urchei, Diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF; Naiara Bittencourt, Advogada na organização Terra de Direitos e

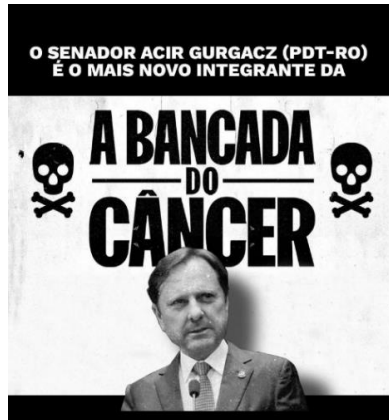
integrante da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; e Paulo Amaral, Advogado e Engenheiro Agrônomo consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA.

23/06/2022: Thuanne Bráulio Hennig, Pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina em avaliação de risco e toxicidade de agrotóxicos no solo; Karen Friedrich, Pesquisadora com doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de



Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz), com ênfase em Toxicologia e Saúde, e representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; José Otavio Menten, Professor Sênior da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - Esalq/USP; Marina Lacôrte, Engenheira Agrônoma e Mestre em Ecologia Aplicada, e representante da Greenpeace Brasil; Rafael Rioja Arantes, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC (Programa de Alimentação Saudável e Sustentável); e Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Embora o relator da matéria, Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), tenha tentado acelerar a votação (no que foi criticado), a oposição conseguiu aprovar requerimento para nova audiência pública, a ser realizada após o recesso constitucional de julho, com a participação de Marcos A. Orellana, Relator Especial das Nações Unidas sobre as implicações para os direitos humanos da gestão ambientalmente correta e descarte de substâncias e resíduos perigosos. O Senador Acir incluiu no requerimento as representações do MAPA, Anvisa e Ibama.



#### 1.4. PL do Autocontrole (PL 1293/2021)

O PL 1293, de 2021, de autoria do Poder Executivo, se fundamenta nos princípios da Lei de Liberdade Econômica, na



presunção da boa-fé do particular perante o poder público e nos pressupostos da intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas. Propõe um modelo de fiscalização agropecuária baseado em programas de autocontrole pelos agentes privados, de ponta a ponta das cadeias produtivas do setor, incluindo o segmento de agrotóxicos.

Audidores fiscais federais agropecuários, movimentos sociais do campo e entidades ambientalistas são contra a possibilidade de o autocontrole pelo agente privado substituir a política pública que fiscaliza e pune as ações que extrapolam os limites do interesse da população. Análise do Núcleo Agrário do PT aponta que melhor seria se o teto de gastos fosse revisto, pois ações típicas de Estado, como é o caso da fiscalização federal agropecuária, precisam da garantia permanente de investimentos públicos.

A matéria é terminativa na CRA, com requerimentos de oitiva da CCJ (senadoras Zenaide Maia e Rose de Freitas e senadores Jean Paul, Fabiano Contarato e Telmário Mota), CTFC (senadoras Zenaide Maia e Rose de Freitas e senadores Jean Paul, Fabiano Contarato e Telmário Mota), CAS (Senador Jean Paul) e CAE (Senadora Rose de Freitas).

No final de junho, a matéria foi aprovada na CRA. A oposição conseguiu as assinaturas necessárias para o recurso de Plenário, onde já foram apresentadas 44 emendas.

Existe uma forte pressão dos veterinários que são Auditores Fiscais Federais de Defesa Agropecuária contra essa matéria, assim

como de institutos de defesa do consumidor e de entidades de proteção animal, além de pequenos agricultores e suas cooperativas. Para encaminhar suas demandas, estão sendo coletadas assinaturas para a realização de uma Sessão de Debates Temáticos a ser realizada no Plenário, para o conjunto de 81 senadores e senadoras, com a presença dos seguintes convidados e convidadas: Carla Lettieri - Animal Equality; Francisco Garcia, -Núcleo de Justiça Animal (NEJA) da UFPA; José Ciocca - World Animal Protection (WAP); Carlota Aquino Costa – Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC); Representante do movimento Todos Juntos contra o Câncer- (TJCC ); Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Adrianne Paixão Cruz- Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste (CNE); Erasmo Araújo de Lucena - Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste (CNE); Rodrigo Noletto - Instituto, Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Janus Pablo – Diretor da ANFFA Sindical.

## **2. A BOIADINHA E O PROCESSO LEGISLATIVO**

### **2.1. PL 2374/2020 - Reserva Legal – Terminativa na CRA.**

A matéria, de autoria do senador Irajá, teve como relatora a senadora Soraya Thronicke (PP/MS), que apresentou parecer favorável, mas retirou a matéria de pauta para reexame e acabou devolvendo a relatoria, redistribuída para o senador Telmário Mota (PROS/RR).

Possibilitará a regularização de imóvel que possua déficit de Reserva Legal decorrente de supressão de vegetação nativa realizada entre 22 de julho de 2008 e 25 de maio de 2012, desde que a área a ser utilizada para compensação seja equivalente ao dobro da área de reserva legal a ser recuperada na área original e esteja localizada no mesmo bioma.

A medida é considerada extremamente danosa não apenas em termos de área anistiada, mas também em termos do impacto na implementação do Código Florestal nos estados, além de abrir um grave precedente para que o marco temporal da regularização ambiental seja rediscutido para todas as áreas consolidadas.

Caso aprovado, o PL vai premiar um seleto grupo de médios e grandes produtores rurais, tendo em vista que 96% dos imóveis rurais já cumprem com os requisitos de Reserva Legal.

O PL 2374/2020 tem requerimento de audiência da CMA, de autoria do senador Jaques Wagner.

2.2. PL 3475/2021- Liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais junto ao Ibama.

De autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais, vencidas ou vincendas até 31 de dezembro de 2022, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Apesar dos votos da oposição, a matéria foi aprovada na CRA e na CAE, onde foi terminativa. Os relatores foram os senadores Carlos Fávaro e Zequinha Marinho, respectivamente. Enviado para a Câmara de deputados em 15 de julho de 2022.

2.3. PL 1282/2019 (Barramento em APPs)

De autoria do senador Luiz Carlos Heinze (PP/RS), altera o Código Florestal, incluindo novo parágrafo no art. 4º, que delimita as APPs, admitindo, nos imóveis rurais, “a construção de reservatórios d’água para projetos de irrigação e a infraestrutura física a ele associado”.

A matéria é terminativa na CRA, onde tem como relator o senador Espiridião Amim, favorável. A oposição apresentou requerimento de audiência pública para instrução da matéria, que foi

derrotado. Embora o Senador Espiridião tenha melhorado seu relatório, ainda restam problemas.

Foi apresentado recurso para Plenário, encabeçado pela senadora Eliziane Gama. Em fase de recebimento de emendas em Plenário. Tem requerimento de oitiva da CMA, do Senador Randolfe Rodrigues.

### 3. A SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO LEGISLATIVO



*Proteja as florestas  
É o que nos resta  
Vamos colocar na poesia toda  
nossa mitologia  
Aqui não se fala grego sobre os  
brasileiros  
Eu não pago sapo pra gringo  
Quero curupira, caipora, saci  
Tire suas bruxas daqui  
Nossa terra é rica  
Nossa gente é dura  
Devolva nosso ministério da  
cultura  
Respeita nossos ares, águas  
abissais, rios e mares  
Povos tradicionais quilombo de  
palmares  
Aqui não passa boiada  
Verso livre, som, porrada  
Tire do juiz o apito  
O mito mata a mata  
Eu mato o mito  
(Banda da Portaria- André  
Abujamra)*

Foi grande a mobilização, no primeiro semestre de 2022, para impedir o avanço da pauta bomba no Congresso Nacional, com pelo menos dois momentos de grande efervescência política: o Ato pela Terra contra o Pacote da Destruição (março) e a realização do Café

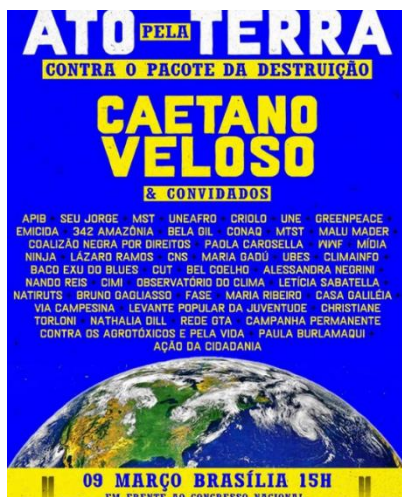
da Manhã Agroecológico e Orgânico (junho) em comemoração aos 15 anos da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.

### 3.1. Ato pela Terra e contra o pacote da destruição (09/03/2022)

“O Brasil tem alma, o Brasil tem gente, o Brasil resiste”.  
(Caetano Veloso, no palco do Ato pela Terra)

“Cada um desses projetos retira dos brasileiros um pedaço de seu futuro. Para premiar um punhado de criminosos, eles condenam os ecossistemas, os assentamentos rurais, os indígenas e os quilombolas. Ampliam o abismo da desigualdade. Mergulham nossa economia no atraso e no descrédito externo e tornam o Brasil um risco climático global. (Convocatória para o Ato da Terra - assinada por 238 artistas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil)

Na Convocatória do ato, também é exigido que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, garanta que nenhuma proposta seja colocada em votação até que esteja alinhada com o que diz a ciência, com as demandas e necessidades das populações tradicionais e do campo e à luz da emergência climática.



O Pacote da Destruição é apresentado como “um conjunto de projetos de lei que irão legalizar o crime ambiental e transformar a devastação e o esbulho do patrimônio público em direito adquirido. Entre os vários desastres que poderão ser aprovados estão a anistia permanente ao roubo de terras públicas, o fim do licenciamento ambiental, a liberação irrestrita de agrotóxicos e a oficialização do saque às terras Indígenas”.

No dia 09 de março, uma comitiva de mais de 40 artistas, liderada pelo cantor Caetano Veloso, após reunião com ministros do STF (Rosa Weber, Carmen Lúcia, Luís Barroso e Alexandre de Moraes), foi recebida no Salão Negro do Congresso Nacional pelo Presidente do Senado e grande número de parlamentares. Na ocasião, Caetano Veloso, leu a seguinte carta:

*Excelentíssimo Senhor Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado e do Congresso Nacional; senhoras e senhores senadores da República; meus caros colegas e amigos artistas - muitos vieram de longe e adiaram compromissos para estarem conosco neste momento tão importante. Muito obrigado.*

*Sr. presidente, início por agradecer pela audiência que nos concede. O dia de hoje marca uma mobilização inédita que une um número expressivo de artistas e mais de duas centenas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais em torno da causa ambiental. O simples fato de o sr. nos receber aqui é um sinal de sua própria preocupação com essa agenda, que é central para o presente e o futuro do Brasil. E nós dois, particularmente, temos motivos de sobra para estarmos preocupados com o meio ambiente.*

*Como mineiro, o senhor sabe bem a quantidade de sofrimento humano provocado por tragédias climáticas e*



*ambientais. Não nos esqueçamos de Mariana e Brumadinho, onde a população até hoje chora seus mortos e suas perdas. Recentemente, o desequilíbrio climático causou enchentes mortíferas em Belo Horizonte. Neste ano, a minha Bahia ficou debaixo d'água, e o Rio de Janeiro, estado que me acolheu, ainda recolhe os destroços da catástrofe de Petrópolis. Nada disso são imagens de um futuro distante, senhor presidente; está acontecendo agora.*

*O país vive hoje sua maior encruzilhada ambiental desde a redemocratização. O desmatamento na Amazônia saiu do controle, a violência contra os indígenas e outros povos tradicionais aumentou e as proteções sociais e ambientais construídas nos últimos 40 anos vêm sendo solapadas. Nossa credibilidade internacional está arrasada. O prejuízo é de todos nós.*

*Uma série de projetos de lei ora em pauta neste Congresso Nacional pode tornar essa situação ainda mais grave. Se aprovadas, essas proposições poderão facilitar o desmatamento, permitir a mineração e o garimpo em terras indígenas e desproteger a floresta contra a grilagem e criminosos.*

*Como parte da sociedade civil, os artistas, em grande número, decidiram vir até esta Casa, juntamente com membros de entidades não-governamentais e especialistas em questões climáticas, para expressar sua desaprovação a esses projetos. Explico que fui aceito como porta-voz desse grupo tão diverso por ser o mais velho.*

*A razão por que um compositor e cantor de canções dirige estas palavras a vossas excelências é a notável identificação que os artistas têm com o tema do meio ambiente. Muitos artistas que não se veem agindo por motivação explicitamente política se reconhecem na causa ambiental.*

*Ouso dizer que isso se deve à natureza abrangente e mesmo sublime da questão ecológica. Nela os artistas veem a busca de harmonia, a decisão sobre o sentido do humano no mundo, a luz da salvação. Os poemas, quadros, estátuas, filmes, romances, sinfonias, canções não tratam de outra coisa. Um artista pode ser indiferente à definição de esquerda e direita. Esse nem é o meu caso, já que sempre me senti à*

*esquerda, pois a imaginação de novas formas institucionais e de engrandecimento da vida em sociedade sempre me pareceu coisa essencial.*

*Mas sei de muitos artistas, tantos deles aqui comigo hoje, que não apostam nada em, de um lado, mudanças progressistas nem, de outro, conservação de estruturas sedimentadas, mas veem na causa ambiental a totalização da inspiração e a responsabilidade do equilíbrio - como nas formas da arte.*

*Em nome deles, dos especialistas no assunto e dos interessados diretos na autopreservação, dirijo-me à autoridade máxima aqui presente. O Senado tem o poder e a responsabilidade de impedir mudanças legislativas irreversíveis que, cedendo a interesses localizados, empurram uma conta imensa à sociedade e comprometem o futuro do país.*

*Com todo o respeito - e na esperança de que o poder legislativo desperte para seu possível papel de levar o Brasil a iluminar o mundo, deixo em suas mãos este documento. Muito obrigado*

Em resposta, Pacheco afirmou apenas que seria cauteloso, “porque não podemos ser compreendidos – nem o Congresso Nacional nem o nosso país – como párias internacionais afastados da pauta do meio ambiente”. Na ocasião, assumiu o compromisso de que “nenhum desses projetos será diretamente pautado no Plenário do Senado Federal sem a apreciação e a tramitação devida no âmbito das comissões permanentes e temáticas da Casa”. O Presidente do Senado Federal ressaltou, ainda, a necessidade de diálogo e de pontos de convergência para que tais propostas não sejam confundidas com grilagem de terra e “passe livre para o desmatamento e a violação ambiental”.

O Ato pela Terra foi considerado a maior manifestação ambiental já feita no país fora de conferências da ONU (Organização das Nações Unidas). Além de discursos de representantes da sociedade civil e movimentos sociais, aconteceu um show com Caetano Veloso, Alexandre Carlo (Natiruts), Seu Jorge, Criolo, Emicida, Baco Exu do Blues, Nando Reis, Duda Beat, Maria Gadu e Daniela Mercury.

Durante a realização do Ato, numa demonstração de força, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), colocou em votação e aprovou requerimento de urgência para a apreciação do PL 191/2020, que libera a mineração e a construção de hidrelétricas em terras indígenas.

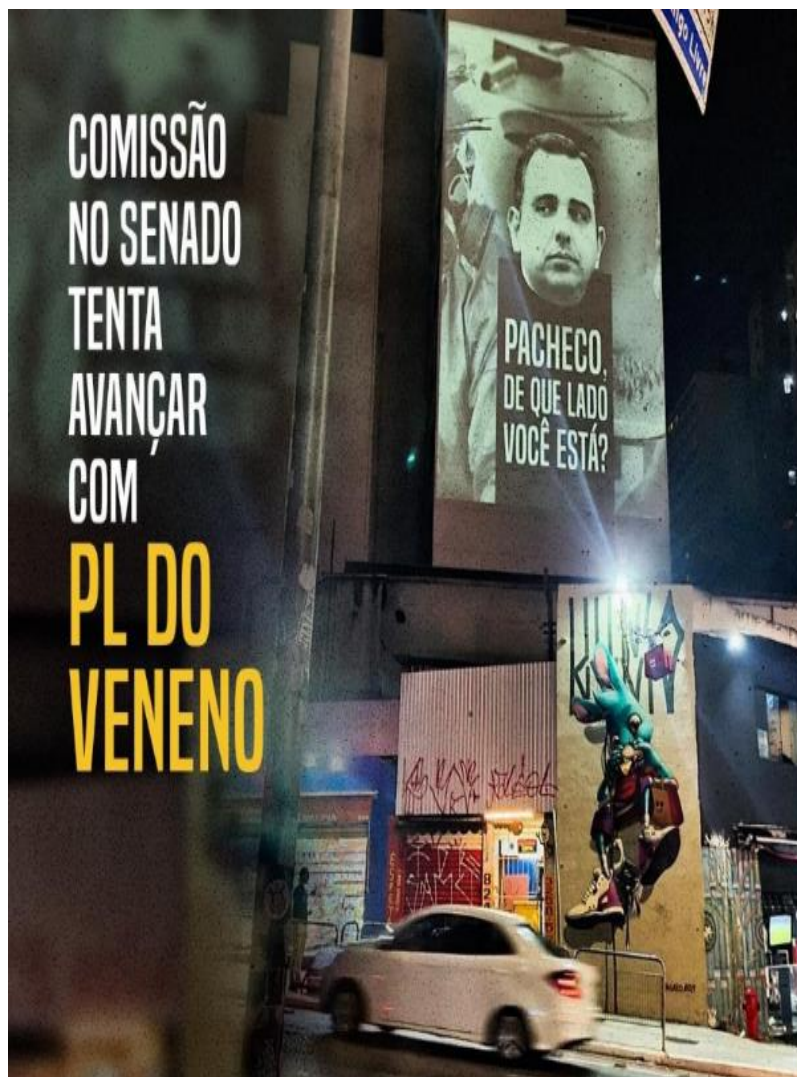


© Mídia Ninja

O descompasso entre o desejo da sociedade e grupos com interesse econômico na exploração das terras e territórios da Amazônia se confirmou tragicamente menos de três meses após o Ato pela Terra, no dia 05 de junho de 2022, quando o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados durante uma viagem pelo Vale do Javari.

Nos meses seguintes, diante da resistência de Rodrigo Pacheco em aceitar os requerimentos para que os projetos da pauta bomba fosse ouvidos em outras comissões, começaram a surgir projeções em prédios em Belo Horizonte e em São Paulo, além de cards, que cobravam do Presidente do Senado que cumprisse sua promessa à sociedade.







---

PARA SABER MAIS:

- <https://www.wwf.org.br/?81848/Ato-pela-Terra-a-luta-pela-vida-e-contra-o-Pacote-da-Destruicao-ambiental-continua>
- <https://mst.org.br/2022/03/10/ato-pela-terra-mobiliza-artistas-e-movimentos-sociais-em-brasilia/>
- <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/ato-em-defesa-da-terra-e-contra-o-pacote-de-destruicao/65359/>
- <https://asibama.org.br/2022/03/08/ato-pela-terra-contra-o-pacote-da-destruicao/>
- <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/caetano-veloso-artistas-e-organizacoes-se-reunem-em-ato-pela-terra-contra-pacote-da-destruicao/>

3. 2. Café da Manhã Agroecológico e Orgânico – Brasília, sala de reuniões da Liderança do PT no Senado Federal, 14/06/2022

É no contexto da pressão da sociedade em cima de Rodrigo Pacheco e da tentativa do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT/RO), que se realiza um Café da Manhã Agroecológico e Orgânico na Liderança do PT no Senado, que se localiza em lugar estratégico: no subsolo do corredor das Comissões temáticas, de fácil acesso aos parlamentares.

Na ocasião, foram comemorados os 15 anos da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FPSAN), com a presença de parlamentares, entidades da sociedade civil e movimentos sociais. A frente conta com 184 deputados e 16 senadores signatários e tem entre seus objetivos promover ações com vistas ao aprimoramento da legislação federal de modo a assegurar a todos os brasileiros o direito humano à alimentação adequada; apoiar a implantação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade; democratizar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. A FPSAN também promove ações com o objetivo de ampliar as condições de acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar; fortalecer o cooperativismo, o associativismo e a economia solidária.

“Ao celebrar os seus 15 anos, a FPSAN reafirma que é possível combater a fome e a má alimentação, com alimentos agroecológicos e orgânicos.”

(<https://mst.org.br/2022/06/13/cafè-agroecologico-e-organico-contra-o-pacote-do-veneno/>)

Composto de produtos da agricultura familiar camponesa da região do entorno de Brasília, o café da manhã foi uma forma de denunciar os Projetos de Lei em tramitação no Senado Federal que contribuem e que comprometem a Segurança Alimentar e Nutricional. Se fizeram presentes a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, a Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), o Greenpeace, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o MAM, a Terra de Direitos, a CUT, a Abrasco, a Fiocruz, o Instituto Brasil Orgânico e FIAN Brasil, entre outros.

Rodrigo Pacheco, cedeu às pressões da bancada ruralista e no dia 1º de junho iniciou as movimentações do Pacote do Veneno no Senado Federal.



[<https://mst.org.br/2022/06/13/cafe-agroecologico-e-organico-contra-o-pacote-do-veneno/>]

O evento culminou com a entrega de uma cesta de produtos agroecológicos e orgânicos para Rodrigo Pacheco, que recebeu os movimentos, entidades e parlamentares numa das salas de espera de seu gabinete.<sup>5</sup>

---

PARA SABER MAIS:

- <https://www.flickr.com/photos/118578171@N02/52146076163/>
- <https://contraosagrototoxicos.org/cafe-agroecologico-e-organico-15-anos-da-frente-parlamentar-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-fpsan/>
- <https://mst.org.br/2022/06/13/cafe-agroecologico-e-organico-contra-o-pacote-do-veneno/>
- <https://organicsnewsbrasil.com.br/cafe-da-manha-organico-e-agroecologico-com-presidente-do-senado/>

#### **4. O CONGRESSO NACIONAL COMO LOCAL DE PESQUISA**

Os dados obtidos após a realização de pesquisas, surveys e/ou trabalho de campo no Congresso Nacional, podem ser trabalhados de diversas formas. A antropologia brasileira vem trabalhando com noções conceituais da antropologia da política, quanto da antropologia das elites, do Estado, dos espaços públicos e dos documentos, ou com um conjunto deles, em intersecção.

O que é proposto neste último Informe é um exercício de identificação das conexões entre proposições legislativas que são comumente analisadas isoladamente. O objetivo é a elaboração de um quadro mais fidedigno dos diferentes projetos e agendas que são diariamente negociados dentro do Congresso Nacional. Politicamente e antropológicamente falando, entender onde se formam essas agendas e como incidem sobre o Congresso Nacional é tarefa possível e urgente, na qual a etnografia tem muito a contribuir.

Para iniciar o exercício, algumas etapas são necessárias.

- 1) Definição de uma proposição ou grupo de proposições a analisar.

- 2) Acesso as páginas de pesquisa legislativa do Senado e da Câmara dos Deputados na Internet e digitação da identificação da(s) matéria(s).
- 3) Classificação e análise do resultado da pesquisa: avulso do projeto com justificativa, requerimentos diversos, pareceres dos relatores, emendas, destaques, pedidos de vista, votos em separado, matérias apensadas, discursos, notas taquigráficas etc.
- 4) Identificação do contexto de apresentação da(s) proposição(ões), das justificativas para a sua apresentação, das polêmicas e dos atores que sobre ela(s) buscam incidir
- 5) Identificação dos pontos de intersecção dessas matérias: contextos semelhantes de apresentação, justificativas utilizando-se das mesmas noções e categorias, mesmos pontos polêmicos e, por último, mas fundamental para exercícios etnográficos, a repetição dos mesmos atores.

A partir das matérias que fazem parte da pauta bomba do Senado Federal, por exemplo, e seguindo as etapas acima sugeridas, pode-se chegar a um quadro como esse:



As informações obtidas no preenchimento do quadro acima podem ser utilizadas para realização de análises mais aprofundadas sobre o processo legislativo. Evidentemente, o processo de pesquisa, entrevistas, levantamentos de dados ou observação direta, para a elaboração do quadro, já dará a quem pesquisa uma série de pistas de reflexão.

## 5. Post scriptum: cenário político após o primeiro turno das eleições de 2022

Em avaliações referentes ao primeiro semestre de 2022, parlamentares, assessorias de entidades ambientalistas, representantes de movimentos sociais do campo e assessorias de parlamentares de oposição ao governo consideram a não votação de seis das sete matérias que conformam a boiada e a boiadinha uma vitória.

As candidaturas indígenas, camponesas e quilombolas cresceram no pleito de 2022, com as palavras de ordem “aldear” e “aquilombar” a política.





**Candidaturas do Campo - Eleições 2022**



**Candidaturas do Campo - Eleições 2022**



**Candidaturas do Campo - Eleições 2022**



Foi registrado um recorde de candidaturas indígenas— a autodeclaração de raça começou em 2014. Naquele ano, 84 candidatos se autodeclararam indígenas. Em 2018, foram 134. Agora, em 2022, 175 candidatos se autodeclararam indígenas. A proporção do número de indígenas comparado com o total de candidatos

registrados também foi maior neste ano do que nas últimas duas eleições gerais. Em 2014, os indígenas representavam 0,32% do total. Em 2018, 0,46%. Neste ano, eles foram 0,62% de todos os candidatos registrados

Em 02 de outubro de 2022, mais de 40% da composição da Câmara dos Deputados foi renovada, assim como 2/3 do Senado. **O Parlamento saído das urnas é de maioria conservadora e beneficia o atual presidente da república. Ricardo Salles, o ex-Ministro que formulou a expressão “passar a boiada” elegeu-se deputado federal por São Paulo, com votação expressiva.**

Joênia Wapichana, parlamentar que foi fundamental para o



enfrentamento à pauta ruralista na Câmara dos Deputados, não se reelegeu. Por outro lado, foram eleitas a ex-Ministra do meio ambiente, Marina Silva, e as lideranças indígenas Sônia Guajajara e Célia Xakriabá. A imprensa trabalha com o número de 5 indígenas

eleitos, ao incluir Juliana Cardoso (PT/SP), Paulo Guedes (PT/MG) e Silvia Waiãpi (PL-AP).



A Coordenação Nacional Quilombola (Conaq) comemora a vitória de mais de 50 quilombolas eleitos para o executivo e legislativo municipais, em nove estados:

CARGO	UF	Nº DE ELEITOS
Prefeito	GO	01
Vice-Prefeito	MA	01
Vereador	MA	14
Vereador	GO	09
Vereador	BA	08
Vereador	PE	07
Vereador	MG	07
Vereador	TO	04
Vereador	PI	02
Vereador	SE	02
Vereador	CE	01
Vereador	PA	01

“Pela primeira vez a população quilombola participou de maneira expressiva das disputas eleitorais, na maioria dos Estados em que a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) atua, cerca de 500 quilombolas se dispuseram a lutar por uma vaga tanto no executivo quanto no legislativo. O resultado preliminar aponta 50 quilombolas eleitos, sendo: 1 prefeito, 1 vice-prefeito e 54 vereadores”. (Conaq)

Em relação aos candidatos do campesinato, temos os levantamentos específicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ao todo, o MST lançou em 2022 15 candidaturas próprias que concorreram a cargos de deputados/as estaduais e federais, em 12 estados brasileiros. Foram vitoriosas 6 candidaturas em cargos de deputados/as estaduais e federais, nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, além de outras 2 candidaturas no Rio Grande do Sul.

“É a primeira vez que o Movimento postula candidaturas coordenadas pela direção nacional do MST, acreditando que não basta só mudar os poderes executivos, mas que é preciso promover parlamentares que estejam comprometidos/as com a construção de um projeto popular para o país. E, por isso, eleger uma bancada diversa, que represente o povo, é tão importante quanto garantir uma base de governabilidade de um possível governo Lula, que concorre às eleições neste 2º turno.” (MST)

- Rosa Amorim (PT) foi eleita deputada estadual em Pernambuco, com 42 mil votos.
- Marina do MST(PT) foi eleita deputada estadual no Rio de Janeiro, com mais de 46 mil votos.
- Valmir Assunção (PT) foi eleito deputado federal pela Bahia, com mais de 90 mil votos.
- Marcon (PT) foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, com 122.555 votos.
- Adão Pretto (PT) foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, com 64.975 votos.

- Missias do MST(PT) foi eleito deputado estadual no Ceará, com mais de 44 mil votos válidos antes do término da apuração

Na contabilização da Contag, os candidatos e candidatas eleitos/as que são trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares são:

- Beto Faro, primeiro trabalhador rural eleito Senador da República pelo Estado do Pará, com 1.781.582 votos.
- Dilvanda Faro (PT), eleita deputada federal pelo Pará, com 150.065 votos. Segundo a Contag, Dilvanda é a primeira trabalhadora rural orgânica eleita para a Câmara Federal representando a CONTAG, Federações e Sindicatos.
- Carlos Veras (PT), eleito deputado federal por Pernambuco, com 127.482 votos.

“Continuamos na luta para eleger, no segundo turno, os representantes comprometidos com a agricultura familiar para o Executivo federal e de alguns estados. Sobre o Legislativo, que já está definido, temos o importante papel de já acompanhar esses mandatos, propor e pressionar para que a agricultura familiar seja fortalecida nas ações, nos projetos de lei, nas votações e nos orçamentos, seja na esfera estadual ou federal. Precisamos retomar o desenvolvimento do País, combater a fome e a pobreza, derrubar o teto de gastos e voltar

a investir na saúde, na educação, na segurança e em outras políticas estratégicas para a população brasileira”, defendeu o presidente da CONTAG, Aristides Santos.

Fonte: Assessoria de Comunicação - Verônica Tozzi e da Presidência - Givanilson (Porfírio da Silva)

Do outro lado, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) teve 27% de seus 241 deputados federais em exercício, ou 65 parlamentares, não eleitos. Os outros 176 asseguraram novo mandato ou passarão a integrá-la. No Senado, 5 dos 39 integrantes da frente vão perder a vaga em 1º de fevereiro. Entre eles, a senadora e ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu (PP-TO) e o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da Comissão de Agricultura (CRA) no Senado. Outros 28 dos 39 possuem mandato vigente até 2027. A Ministra da Agricultura do Governo Bolsonaro, Tereza Cristina (PP/MS), foi eleita senadora. O relator do PL do autocontrole, senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), perdeu a disputa para o governo do Rio Grande do Sul, mas possui mandato no Congresso até 2027.

Na Câmara dos Deputados, não retornarão, entre outros, lideranças ruralistas como Neri Geller (PP-MT), Nelson Barbudo (PL-MT), Hildo Rocha (MDB-MA), Celso Maldaner (MDB-SC), Vinícius Poit (Novo-SP), Christino Áureo (PP-RJ), Dr. Leonardo (Republicanos-MT), Paulo Bengtson (PTB-PA) e Aline Sleutjes (PROS-PR).

Na Câmara, foram reeleitos expoentes da FPA como o presidente da frente, Sérgio Souza (MDB-PR), Giacobbo (PL-PR), Pedro Lupion (PP-PR) Luiz Nishimori (PL-PR), Alceu Moreira (MDB-RS), Domingos Sávio (PL-MG), Evair de Melo (PP-ES), Fausto Pinato (PP-SP), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), e Zé Vitor (PL-MG). A FPA já contabiliza o apoio do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (PL-SP), e do coordenador da força-tarefa no Ministério Público Federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

No Senado, a FPA já identificou possíveis senadores eleitos afinados com as pautas do setor. A lista inclui 16 novos nomes na Casa, sendo seis deles atuais deputados federais pela frente, o que inclui a ex-ministra Tereza Cristina (PP-MS) e o deputado Efraim Filho (União Brasil -PB). A FPA acredita que contará com o apoio do ex-ministro Marcos Pontes (PL-SP), ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro Sérgio Moro (União-PR), ex-ministra Damares Alves (Republicanos-DF), ex-secretário da Pesca do ministério da Agricultura Jorge Seif (PL-SC), e o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Para o presidente do Instituto Pensar Agro (IPA) e que presta suporte técnico à FPA, Nilson Leitão, a grande novidade do agronegócio neste pleito foi a eleição para o Senado, com muitos novos senadores com alguma afinidade com o setor. “No Senado, há sempre dificuldade para passar as pautas do setor. A nova configuração dá mais tranquilidade nisso. Agora, chegarão senadores eleitos com pouco mais de afinidade e conhecimento da base e da necessidade de melhorar o Brasil”, pontuou Leitão, que é ex-líder da Frente

Parlamentar da Agropecuária (FPA) e ex-deputado federal.  
[Isadora Duarte: isadora.duarte@estadao.com]

Os seis Informes aqui apresentados, desde o início da pandemia, buscaram jogar luz em meandros menos conhecidos do processo legislativo, priorizando a análise de proposições cuja transformação em lei têm maior incidência sobre a questão fundiária na Amazônia e os deslocamentos populacionais dela decorrentes. Espera-se que a leitura do material produzido contribua para uma maior compreensão do processo legislativo, entendido como importante instrumento de participação e pressão social, fundamental para o arejamento constante da democracia.

Nessa última edição do Informes, uma observação final: mais do que nunca, os integrantes dos movimentos sociais do campo, água e floresta, precisam conhecer o processo legislativo e, dessa forma, aprender as regras de um jogo que, historicamente, não foram chamados a jogar. Os novos mandatos indígenas, quilombolas e camponeses terão um papel muito importante nesse processo de aldeamento e aquilombamento da política.

A seguir, registro de candidaturas progressistas eleitas para o Congresso Nacional, a partir de publicações da Mídia Ninja no Instagram:



**NOVA ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
DF

**REELEITA**  
**Erika Kokay é a mulher mais bem votada da esquerda no DF**



**NOVA ELEIÇÕES**

Psol  
Dep. Federal  
SP

**HISTÓRICO!**  
**Uma das lideranças mais influentes do mundo, Sônia Guajajara agora é deputada federal**



**NOVA ELEIÇÕES**

PF  
Dep. Federal  
MG

**DA PERIFERIA PARA CONGRESSO**  
**Mulher preta e periférica, Dandara conquista vaga no Congresso Nacional**



**NOVA ELEIÇÕES**

Psol  
Dep. Federal  
MG

**É MINAS DE COCAR**  
**Célia Xakriabá é a primeira mulher indígena a representar Minas Gerais no Congresso**



**NOVA ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
RJ

**REELEITA**  
**Pelo combate à fome e ao racismo, Benedita Silva conquista reeleição no Congresso Nacional**



**NOVA ELEIÇÕES**

PDT  
Dep. Federal  
MG

**HISTÓRICO**  
**Duda Salabert é eleita deputada federal e faz história com ocupação trans no Congresso Nacional**

**TRANS MAIS VOTADA**  
Em ocupação histórica, Erika Hilton é primeira mulher trans eleita deputada federal

PSOL  
Dep. Federal  
SP

**MULHERES NO PODER**  
Presidenta do PT, Gleisi Hoffman conquista sua reeleição na Câmara dos Deputados

PT  
Dep. Federal  
PR

**MULHERES NO PODER**  
Fernanda Melchionna é reeleita deputada federal e fortalece bancada feminista no Congresso

PSOL  
Dep. Federal  
RS

**PRETAS NO PODER**  
Carol Dartora é a primeira deputada federal negra eleita na história do Paraná

PT  
Dep. Federal  
PR

**UMA NOVA FÉ**  
Pastor Henrique Vieira é eleito deputado federal para contrapor bancada fundamentalista do Congresso Nacional

PSOL  
Dep. Federal  
RJ

**ELA NO CONGRESSO**  
Reeleição de Sâmia Bomfim reafirma liderança feminina do PSOL na Câmara

PSOL  
Dep. Federal  
SP

**ELEITO**  
Lindbergh Farias é o deputado federal mais votado do PT no Rio de Janeiro

PT  
Dep. Federal  
RJ



**PR**  
Dep. Federal  
RS

**VITÓRIA NO SUL**  
Em defesa dos trabalhadores, deputado Marcon é reeleito ao Congresso Nacional

**PT**  
Dep. Federal  
SP

**NA DEFESA DO SUS**  
Alexandre Padilha, é reeleito deputado federal por São Paulo

**PT**  
Dep. Federal  
RN

**MAIS VOTADA**  
Natália Bonavides é reeleita deputada federal em defesa dos trabalhadores e das mulheres

**PSol**  
Dep. Federal  
SP

**HISTÓRICA!**  
Luiza Erundina conquista seu 7º mandato de deputada federal

**PT**  
Dep. Federal  
RS

**PELOS DIREITOS HUMANOS**  
Maria do Rosário é reeleita pela 6ª vez deputada federal

**PT**  
Dep. Federal  
CE

**VITÓRIA DA LÓRA**  
Deputada federal desde 2015, Luizianne Lins é reeleita em prol das mulheres e dos trabalhadores

**PT**  
Dep. Federal  
RJ

**PARLAMENTAR HISTÓRICA**  
Jandira Feghali é reeleita deputada federal em defesa das mulheres e da cultura



**MIJIR ELEIÇÕES** **PSOL** Dep. Federal SP

**GIGANTE! OCUPA CONGRESSO!**  
**Com 1 milhão de votos, Guilherme Boulos é eleito deputado federal**



**MIJIR ELEIÇÕES** **PSOL** Dep. Federal RJ

**VITÓRIA DO PROFESSOR**  
**Tarcísio Motta é eleito deputado federal após ser vereador por dois mandatos**



**MIJIR ELEIÇÕES** **PT** Dep. Federal MG

**DEPUTADO DO POVO**  
**Reginaldo Lopes renova mandato no Congresso Nacional**



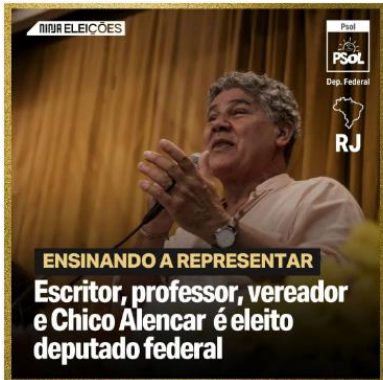
**MIJIR ELEIÇÕES** **PSOL** Dep. Federal RJ

**2ª MULHER MAIS VOTADA DO RIO**  
**Por uma mandata popular e feminista, Talíria Petrone é reeleita deputada federal**



**MIJIR ELEIÇÕES** **PT** Dep. Federal MG

**ELEITA!**  
**Ana Pimentel, coordenadora do enfrentamento à pandemia em Juiz de Fora, é eleita Deputada Federal em Minas Gerais**



**MIJIR ELEIÇÕES** **PSOL** Dep. Federal RJ

**ENSINANDO A REPRESENTAR**  
**Escritor, professor, vereador e Chico Alencar é eleito deputado federal**



**MIJIR ELEIÇÕES** **PSOL** Dep. Federal RJ

**MANDATO COMBATIVO**  
**Glauber Braga é reeleito deputado federal por uma educação de qualidade e direito dos trabalhadores**

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**PCdoB**  
Dep. Federal  
RS

**PRETAS NO PODER**  
Daiana Santos é a terceira mulher mais votada para deputada federal no RS

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**Rede**  
Dep. Federal  
SP

**SUSTENTABILIDADE EM PAUTA**  
Eleita deputada federal, Marina Silva firma compromisso com meio ambiente

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**Rede**  
Dep. Federal  
PE

**REELEITO**  
Professor e jurista, Túlio Gadelha renova mandato no Congresso Nacional

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**PCdoB**  
Dep. Federal  
BA

**MULHERES NO PODER**  
Uma das mais influentes deputadas da Bahia, Alice Portugal é reeleita ao Congresso Nacional

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**PT**  
Dep. Federal  
MG

**MANDATO DOS TRABALHADORES**  
Rogério Correia, defensor da educação, é reeleito como deputado federal

**PRÉ-ELEIÇÕES**



**PT**  
Dep. Federal  
ES

**PRETAS NO PODER**  
Mulher, negra e feminista, Jack Rocha é eleita deputada federal pelo Espírito Santo

PT  
Dep. Federal  
MG

**PARA O POVO**  
Ex-prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias é reeleito como deputado federal compromissado com as pautas sociais

PT  
Dep. Federal  
GO

**MULHERES NO PODER**  
Adriana Accorsi se elege deputada federal com pauta da educação e distribuição de renda

PT  
Dep. Federal  
RS

**VITÓRIA NO SUL**  
Em defesa dos trabalhadores, deputado Marcon é reeleito ao Congresso Nacional

PT  
Dep. Federal  
SP

**NA DEFESA DO SUS**  
Alexandre Padilha, é reeleito deputado federal por São Paulo

PT  
Dep. Federal  
PA

**EM DEFESA DA AMAZÔNIA**  
Mulher ribeirinha, Dilvanda Faro é eleita deputada federal no Pará

PT  
Dep. Federal  
SP

**TRINCHEIRA DE RESISTÊNCIA**  
Fiel escudeiro da democracia, Paulo Teixeira se reelege para a Câmara dos Deputados

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
RS

**3º MAIS VOTADO DO RS**  
Deputado influente nas redes, Paulo Pimenta renova mandato no Congresso

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
SC

**2º MAIS VOTADO DO ESTADO**  
Eleito Melhor deputado federal de SC, Pedro Uczai renova mandato no Congresso

**11ª ELEIÇÕES**

PSB  
Dep. Federal  
BA

**REELEITA!**  
Primeira e única mulher à frente da Prefeitura de Salvador, Lidice da Mata é reeleita deputada federal

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
BA

**PARLAMENTAR SEM TERRA**  
Valmir Assunção é deputado do MST reeleito na Bahia

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
RS

**MULHERES NO PODER**  
Servidora pública e feminista, Denise Pessoa é eleita deputada federal

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
SP

**MANDATO SOCIOAMBIENTAL**  
Nilto Tatto se reelege para defender agenda ambientalista no Congresso Nacional

**11ª ELEIÇÕES**

PT  
Dep. Federal  
SC

**VITÓRIA DA DEMOCRACIA**  
Em defesa da saúde pública, Ana Paula Lima é eleita deputada federal por SC

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Dep. Federal  
SP

**FORTALECENDO A BANCADA**  
Secretário Nacional de Comunicação do PT, Jilmar Tatto é eleito deputado federal

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Dep. Federal  
PA

**EM DEFESA DA AMAZÔNIA**  
Ailton Faleiro é reeleito para dar continuidade a mandato popular no Pará

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Senado Federal  
PA

**DA BEIRA DO RIO**  
De Patauteua para o Senado, Beto Faro é eleito no Pará

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Senadora  
PE

**VITÓRIA NORDESTINA**  
Com mais de 2 milhões de votos, Teresa Leitão é eleita senadora em Pernambuco

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Senado  
PI

**VITÓRIA DO POVO**  
Wellington Dias é eleito no Piauí e amplia bancada do PT no Senado

MINHA ELEIÇÃO

PSB  
Senado  
MA

**TRAJETÓRIA DE VITÓRIAS**  
Flávio Dino é eleito senador no Maranhão

MINHA ELEIÇÃO

PT  
Senado  
CE

**GRANDE VITÓRIA**  
Com 70% dos votos, Camilo Santana é eleito senador no Ceará

PARA SABER MAIS:

Os instrumentos de pesquisa e os acervos da Câmara e do Senado incluem de notas taquigráficas a áudios e vídeos.

Na Câmara, o acervo on-line traz digitalizados os relatórios anuais de tramitação das proposições de 1869 a 1947. A partir de 1948, as proposições que foram apresentadas e sua tramitação naquela Casa - incluindo discussões nas comissões e no Plenário - podem ser acessadas digitalmente.

A íntegra das sessões plenárias pode ser encontrada em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/notas.html>

Nos discursos parlamentares é possível a busca por palavra-chave, o que permite identificar de que forma são tratadas/negociadas nos embates parlamentares as categorias que são objeto de investigação da antropologia.

No Senado, a pesquisa sobre o processo legislativo pode ser iniciada em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>

O link dá acesso remoto a proposições e discursos a partir de 1946.

Nas duas Casas, estão à disposição dos pesquisadores presenciais bibliotecas e arquivos físicos.

Pesquisadores do processo legislativo precisam conhecer minimamente o Título IV da Constituição (Da organização dos

poderes) e seu capítulo I (Do Poder Legislativo) e os Regimentos Internos das duas Casas, além de glossários do legislativo.

1) Glossário de termos legislativos. – 1. ed. – Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2018.

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/552849/001140838\\_GlossarioTermosLegislativos.pdf?sequence=3](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/552849/001140838_GlossarioTermosLegislativos.pdf?sequence=3)

2) Guia para Orientar Ações de Advocacy no Congresso Nacional / Organização Internacional do Trabalho (OIT); Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho; Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP). - Brasília: OIT, 2012. Elaboração Marcia Anita Sprandel e Marcos Rogério de Souza

[http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\\_207291.pdf](http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_207291.pdf)